

Acerto deve sair com proposta alternativa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, esteve ontem pela manhã no Palácio da Alvorada para fazer um amplo relato ao presidente José Sarney sobre os contatos que manteve com autoridades econômicas durante sua viagem aos Estados Unidos, de onde chegou no domingo.

Após a audiência, o ministro reafirmou que o entendimento sobre o montante dos empréstimos para refinarçar os juros, que vencem em 88, deverá sair nos próximos dias e acrescentou que o acordo final a ser acertado deverá ser diferente das propostas apresentadas pelo Brasil e pelos bancos.

"Tenho a impressão de que nem a nossa posição, nem a posição dos bancos deverá ser acatada na mesa de negociação. Devemos convergir para um ponto que seja satisfatório para o País e para os bancos, e que seja também adequado ao financiamento do balanço de pagamentos do Brasil", afirmou o ministro. Ele não quis falar em números, alegando que o governo ainda não chegou ao montante adequado para suas necessidades. A primeira proposta do Brasil era no sentido de obter US\$ 7 bilhões, mas os bancos só se dispuseram a emprestar US\$ 5 bilhões.

Maílson da Nóbrega, ao falar que o Brasil está muito próximo de um acordo com os bancos, citou a reunião de domingo entre o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e representantes dos bancos, em Nova York, "onde os avanços foram importantes". Depois de fechado o acordo sobre o montante dos novos empréstimos, o ministro da

Fazenda pretende iniciar novos contatos para discutir a questão da taxa de risco (**spread**), hoje em 1,6%, e que o Brasil quer reduzir à metade.

"Estes me parecem os pontos principais do acordo. Os outros pontos, como fórmula de cálculo das taxas de juros, operação de empréstimo e forma de aplicação estão sendo objeto de discussão com os bancos e ainda levará algum tempo para ser concluído", garantiu o ministro. A expectativa, reafirmou Maílson, é de que até o final do próximo mês um acordo definitivo será concluído, mas para isso o Brasil pedirá ainda o aval dos bancos credores.

POLÍTICA SALARIAL

Contrariando as expectativas de setores da economia, que aguardavam mudanças na política salarial, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, informou ontem que nada será mudado, pelo menos por enquanto. Segundo o ministro, não há, inclusive, nenhuma previsão de mudanças, o que significa que continuará vigorando a URP (Unidade de Referência de Preços) para a recuperação das perdas salariais.

"WAVER"

Maílson afirmou ontem que para fechar um acordo definitivo sobre a dívida externa com os credores o governo brasileiro vai pedir **waver** aos bancos. Neste acordo definitivo, o ministro incluiu as questões como **spread**, forma de aplicação, fórmula de cálculo das taxas de juros, **Libor**, **prime-rate**, as operações de empréstimos, conversão da dívida em capital e a possibilidade de lançamento de bônus brasileiro no futuro.